

O Impacto das Normas Internacionais de Contabilidade no Economic Value Added das empresas brasileiras do Setor de Telecomunicações listadas na BM&FBovespa

Marco Túlio Garcia Gonçalves (UFU) - mtuliogarcia@gmail.com

Diane Rossi Maximiano Reina (UFU) - dianereina@hotmail.com

Silvio Freitas da Silva (UFES) - silviofreitas_17@hotmail.com

Donizete Reina (UFSC) - dreina2@hotmail.com

Resumo:

O processo de convergência para as IFRS propiciaram volatilidade aos resultados devido ao uso de valor justo, mudanças relevantes nos conceitos contábeis e provocaram um aumento do nível de divulgação requerida. Neste sentido, este trabalho objetiva mensurar os impactos da convergência às normas internacionais de contabilidade no valor agregado das empresas de telecomunicações. Trata-se de um estudo descritivo, explicativo, quali-quantitativo e documental, tendo como fonte de coleta dos dados as demonstrações financeiras disponibilizadas no Economática®, Notas Explicativas, Comitê de Pronunciamentos Contábeis e site do Instituto Assaf Neto. Para isso, analisam-se os relatórios referentes aos anos de 2006 a 2011 divulgados pelas cinco empresas do setor de telecomunicações da BM&FBovespa, que compuseram a amostra. Posteriormente, realizaram-se os cálculos dos EVA® e das variações percentuais entre os períodos analisados. Os resultados indicam que a média do EVA® no período em análise, que compreende a adoção inicial e total das IFRS, foram superiores aos apurados pelo BRGAAP, quando comparado com a média de 2006, e que os resultados de 2008 sofreram os impactos da crise financeira internacional, confirmando as hipóteses de Santos e Calixto (2010) e Gray (1988). Conclui-se que não é possível afirmar que a introdução das IFRS proporcionou diretamente um novo cálculo de EVA®, porém, observa-se uma clara tendência de melhora do mesmo, sendo possível relacioná-lo com o valor dos investimentos e NOPAT (Lucro Operacional Líquido Após os Impostos).

Palavras-chave: BRGAAP. EVA®. IFRS. Convergência Contábil Internacional.

Área temática: Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões

O Impacto das Normas Internacionais de Contabilidade no *Economic Value Added* das empresas brasileiras do Setor de Telecomunicações listadas na BM&FBovespa

Resumo

O processo de convergência para as IFRS propiciaram volatilidade aos resultados devido ao uso de valor justo, mudanças relevantes nos conceitos contábeis e provocaram um aumento do nível de divulgação requerida. Neste sentido, este trabalho objetiva mensurar os impactos da convergência às normas internacionais de contabilidade no valor agregado das empresas de telecomunicações. Trata-se de um estudo descritivo, explicativo, quali-quantitativo e documental, tendo como fonte de coleta dos dados as demonstrações financeiras disponibilizadas no Economática®, Notas Explicativas, Comitê de Pronunciamentos Contábeis e *site* do Instituto Assaf Neto. Para isso, analisam-se os relatórios referentes aos anos de 2006 a 2011 divulgados pelas cinco empresas do setor de telecomunicações da BM&FBovespa, que compuseram a amostra. Posteriormente, realizaram-se os cálculos dos EVA® e das variações percentuais entre os períodos analisados. Os resultados indicam que a média do EVA® no período em análise, que compreende a adoção inicial e total das IFRS, foram superiores aos apurados pelo BRGAAP, quando comparado com a média de 2006, e que os resultados de 2008 sofreram os impactos da crise financeira internacional, confirmando as hipóteses de Santos e Calixto (2010) e Gray (1988). Conclui-se que não é possível afirmar que a introdução das IFRS proporcionou diretamente um novo cálculo de EVA®, porém, observa-se uma clara tendência de melhora do mesmo, sendo possível relacioná-lo com o valor dos investimentos e NOPAT (Lucro Operacional Líquido Após os Impostos).

Palavras-chave: *BRGAAP. EVA®. IFRS. Convergência Contábil Internacional.*

Área Temática: Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões.

1 Introdução

A contabilidade passou por transformações com a adoção de uma linguagem contábil global, e conforme levantamento feito pela Fundação IFRS até 14.04.2014, 130 países já aderiram às normas internacionais com o objetivo de convergir às práticas existentes visando um conjunto de normas contábeis homogêneas de elevado padrão para toda a comunidade internacional. A melhoria na qualidade da informação, a redução do custo de capital, a maior transparência e confiança dos investidores são alguns dos principais benefícios oriundos da convergência contábil que proporcionaram melhorias na relação de comércio entre os países (CPC, 2008).

No Brasil, em decorrência do advento da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09 a contabilidade passou por várias modificações nas práticas contábeis, alterando a composição dos elementos das demonstrações financeiras, conceitos e critérios de reconhecimento, mensuração e a divulgação em notas explicativas.

A metodologia *Economic Value Added* (EVA®) ou Valor Econômico Agregado é conceituado como uma medida de desempenho econômico, que objetivo de medida de desempenho e gestão das empresas (ARAUJO; ASSAF NETO, 2003). Por meio deste indicador torna-se possível verificar se ocorreu criação ou destruição de valor nas empresas.

Nesse contexto, levantou-se o seguinte problema que norteia esta pesquisa: qual o impacto da convergência às normas internacionais no *Economic Value Added*?

Tendo em vista a necessidade de debate a respeito do problema proposto, o objetivo geral deste trabalho é investigar os impactos das normas internacionais de Contabilidade no *Economic Value Added* das empresas do setor de telecomunicações listadas na BM&F Bovespa no período de 2006 à 2011.

Embora existam estudos similares sobre o impacto da adoção das IFRS na criação de valor agregado das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa (VIEIRA e DALMÁCIO, 2013; CARVALHO et al., 2011; KRUGER e PETRI, 2013; ERNST & YOUNG, 2010), o trabalho justifica-se pois não foram identificados estudos que tratam da variação do EVA® com a introdução das Normas Internacionais no setor específico de telecomunicações das empresas listadas na bolsa de valores brasileira.

A pesquisa é importante porque trará contribuição teórica sobre as Normas Internacionais (IFRS) e Valor Econômico Agregado, por meio de uma revisão documental das demonstrações financeiras das empresas listadas na BM&FBovespa. Além de resultar em uma contribuição à comunidade científica por mostrar se houve impactos no EVA® das empresas em decorrência das IFRS.

Com o intuito de atingir o objetivo geral, o presente trabalho encontra-se estruturado em cinco seções: esta seção inicial trata-se da introdução e contextualiza o leitor sobre os objetivos e as justificativas do tema escolhido; seção de fundamentação teórica; terceira seção apresenta-se a metodologia, a amostra e os procedimentos para coleta e análise dos dados; na quarta seção realiza-se a análise dos resultados obtidos; na quinta seção encontram-se as considerações finais, e, por fim, elencam-se as referências utilizadas na pesquisa.

2 Referencial Teórico

Nesta seção serão abordados temas sobre: BR GAAP, princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil; processo de convergência contábil para IFRS no Brasil, ressaltando os impactos nas demonstrações contábeis com adoção dos CPCs; conceituação de *Economic Value Added* (Eva); e um breve histórico de estudos similares anteriormente realizados.

2.1 BR GAAP

A contabilidade sempre foi fortemente influenciada pelo ambiente fiscal, principalmente pelo regulamento do Imposto de Renda. Isso proporcionou ao sistema contábil brasileiro algumas contribuições e dificultou a adoção prática de princípios contábeis adequados, uma vez que as empresas elaboravam as demonstrações financeiras com base na legislação fiscal (IUDÍCIBUS et al., 2010).

No Brasil, que tem como característica um sistema jurídico *Code Law* (com grande dependência de leis promulgadas por órgãos públicos), não existia uma centralização da normatização contábil e era regida principalmente pela Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/1976, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). Todos esses órgãos emitiram pareceres que geravam desconforto ao mercado, uma vez que muitas das normas acabaram conflitando entre si (IUDÍCIBUS et al., 2010).

Devido às demonstrações financeiras não serem desenvolvidas nas melhores práticas, proporcionou uma situação de custos elevados para a preparação de informação que às vezes nem adicionava valor aos usuários. Além disso, provocaram embaraço para os contadores e auditores, complexidade para os analistas, e exposição maior a riscos por parte dos tomadores de decisões, investidores, credores e controladores. Conseqüentemente, aumentou o custo de investimento estrangeiro no Brasil e o custo de investimentos das empresas brasileiras no

exterior. Dentre outros fatores, cresceu o custo de empréstimos, a profissão passou a ser vista com desconfiança, países emergentes se distanciaram do Brasil; e empresas com investimentos no exterior, com suas respectivas controladas, tiveram que converter demonstrações do padrão internacional para os critérios brasileiros, desviando das melhores práticas contábeis (IUDÍCIBUS et al., 2010, p. 15).

Esses e outros fatores contribuíram para a necessidade de modernização das normas de contabilidade. Assim, no ano 2000 foi apresentado o Projeto de Lei nº 3.741 que altera e revoga alguns dispositivos da Lei nº 6.404/76, com objetivo de eliminar as dificuldades regulatórias e equalizar as normas e práticas contábeis brasileiras às internacionais (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2010).

O Projeto de Lei nº 3.741/00 que foi aprovado em 2007 e transformado na Lei nº 11.638 conferindo condições para a convergência às normas internacionais de contabilidade, estabelecendo referência ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), separando a Contabilidade para fins de Demonstrações Financeiras e Fiscais, e permitiu a figura da prevalência da essência sobre a forma. Entretanto, quando a Lei nº 11.638/07 foi aprovada, as normas internacionais haviam evoluído e tornou-se necessário fazer modificações.

Estas aconteceram com a Medida Provisória nº 449/08, posteriormente aprovada em 2009 e transformada na Lei nº 11.941, que dispunha sobre a supressão do ativo diferido, dos resultados de exercícios futuros e da criação do Regime Transitório de Tributação (RTT), segregando Fisco e Contabilidade.

Segundo Ernst & Young Brasil (2010), a crise econômica mundial evidenciou a intensidade da interdependência entre os países, apontando para a importância de um sistema contábil padronizado, o qual se permite a comparação de demonstrações financeiras em mercados distintos e confirma-se a relevância da convergência contábil no mundo para atender as necessidades das empresas e dos investidores.

2.2 Processo de Convergência para IFRS no Brasil

No período decorrido entre o Projeto de Lei nº 3.741/00 e a Lei nº 11.638/07, aconteceram eventos expressivos no ambiente contábil-regulatório brasileiro que impulsionaram o processo de convergência das normas internacionais de contabilidade. O processo de convergência pode ser separado em três momentos.

O primeiro momento aconteceu entre os anos 2000 e 2008 quando aconteceram os seguintes eventos: Projeto de Lei nº 3.741/00 sugerindo alterações na Lei nº 6.404/76; a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2005; o Comunicado nº 14.259/06 do Banco Central do Brasil (BACEN) estabelecendo que as demonstrações contábeis das instituições financeiras aderirem ao padrão IFRS em 2010; a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a partir da Deliberação nº 520/07, passou a emitir seus pronunciamentos em conjunto com o CPC. Por meio da Instrução nº 457/07, a CVM determinou que as companhias de capital aberto preparassem e divulgassem em 2010 demonstrações financeiras consolidadas conforme as normas internacionais; a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) pela Circular nº 357/07, determinou que as seguradoras preparassem e divulgassem em 2010 suas demonstrações consolidadas conforme as normas do IASB; A aprovação da Lei nº 11.638/07; a emissão de 14 pronunciamentos em 2008 pelo CPC; a apresentação da MP nº 449/08, que dispunha sobre a atualização e modificação da Lei nº 11.638/07 (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2010).

O segundo momento é caracterizado pelo período de transição e aconteceu entre os anos 2009 e 2010. A data de 01.01.2009 é o marco inicial do processo de adoção das IFRS, momento em que a entidade deveria preparar um Balanço de Abertura como ponto de partida para as normas internacionais e apresentação comparativa de 2010 (IUDÍCIBUS et al., 2010, p. 727). Houve a transformação da MP nº 449/08 na Lei nº 11.941/2009 e foram emitidos 26

novos pronunciamentos técnicos pelo CPC. De acordo com a Ernst & Young (2010), até setembro de 2010 o CPC emitiu 43 normas contábeis, destes 88% são traduções das IFRS.

O terceiro momento, chamado de pós-adoção, acontece a partir de 2011 quando as empresas já passaram pelo processo de transição e começam a administrar os impactos das IFRS.

A Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 1 apresenta de forma resumida as etapas do processo de convergência do BR GAAP para às IFRS.

1º Momento Pré-Adoção					2º Momento Período de Transição		3º Momento Pós-Adoção
2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Criação PL nº 3.741	Criação do CPC	Comunicado nº 14.259 do Bacen	Deliberação nº 520 da CVM	Emissão de 14 CPCs	Data de Transição em 01/01/2009	Adoção completa das IFRS nas DC	Administração dos Impactos do IFRS
			Instrução nº 457 da CVM	Criação da MP nº 449	Aprovação da Lei nº 11.941		
			Circular nº 357 da SUSEP		Emissão de 26 CPCs		
			Aprovação da Lei nº 11.638				

Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 1 - Processo de convergência das NBC para as Normas Internacionais








































As normas internacionais têm como características básicas serem sustentadas muito mais em princípios do que regras, e serem baseadas na prevalência da essência sobre a forma. Tornam-se mais importantes os conceitos de controle, de obtenção de benefícios e de incorrência em riscos, do que a propriedade jurídica para registro de ativos, passivos, receitas e despesas. A contabilidade passa a ser de toda a empresa, não somente do contador.

Os principais impactos e desafios oriundos da introdução às IFRS incluem alta volatilidade nos resultados devido ao uso de valor justo, mudanças relevantes nos conceitos contábeis e aumento do nível de divulgação requerida, como por exemplo, a informação por segmento.

De acordo com Melo (2008) a nova Lei das S/A (11.638/07) destaca o Brasil no mercado mundial e trouxe mais transparência, comparabilidade e segurança à economia brasileira. Essa convergência resultará em um aprimoramento da economia de mercado no Brasil, além de cooperar para a melhoria do ambiente econômico, o que funcionará como um estímulo para o desenvolvimento.

Com o propósito de analisar os efeitos produzidos nas demonstrações financeiras em decorrência da convergência para IFRS, elencaram-se as normas internacionais influenciaram a maneira de contabilizar as operações das empresas, uma vez que essas modificações proporcionam um novo cálculo e valor econômico agregado para as empresas.

Quadro 1 - Resumo dos prováveis efeitos decorrentes de alterações nas práticas contábeis brasileiras

Correlação com os CPCs	Práticas Contábeis Alteradas	Efeitos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas	
		Balanco Patrimonial	Demonstração do Resultado
CPC 12 - Ajuste a Valor Presente	Ajuste a Valor Presente	 Ativo circulante relevante Passivo circulante relevante Ativo realizável a longo prazo Passivo exigível a longo prazo	 Receitas financeiras Despesas financeiras  Receita bruta Custos e despesas operacionais
CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil	Arrendamento mercantil financeiro	 Imobilizado Endividamento oneroso (Passivo)	 Custos e despesas com depreciação  Custo e despesa com aluguel
		 Contas a receber  Imobilizado	 Receita bruta  Custo e despesa com depreciação
CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários	 Endividamento oneroso (passivo) Patrimônio líquido	 Despesas Financeiras
CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais	Subvenções e Assistências Governamentais	 Reserva de incentivos fiscais (Reserva de lucros)  Reserva de capital	Deduções da receita bruta  Custo dos produtos ou mercadorias vendidos Imposto de renda e contribuição social
CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16) ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares	Reavaliação dos ativos	 Imobilizado Reserva de reavaliação	 Custo e despesa com depreciação
	Ativo Diferido	 Ativo diferido Lucros acumulados	 Despesa com amortização  Custos e despesas operacionais
CPC 04 - Ativo Intangível (IAS 38)	Ativo Intangível	 Ativo intangível	 Despesas com amortização
CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos	Teste de recuperabilidade do ativo	 Ativo imobilizado Ativo diferido Ativo intangível	 Outras despesas operacionais  Despesas com depreciação e amortização
CPC 20 - Custo de Empréstimos	Custo de Empréstimos	 Ativos (estoques, plantas industriais, intangíveis);	 Despesas Financeiras
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37)	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	 Passivo	 Despesa com Provisões
CPC 33 - Benefícios a Empregados (IAS 19)	Benefícios a Empregados	 Ativo Passivo	 Despesa acumulada  Despesa paga antecipadamente
ICPC 01 - Contratos de Concessão (IFRIC 12)	Contratos de Concessão	 Ativo imobilizado  Ativo intangível	-
ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	Equivalência patrimonial	Ativos  Passivos Patrimônio Líquido	 Lucro líquido
CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	 Ativos Passivos Ajustes de avaliação patrimonial	 Resultado financeiro  Lucro líquido

Fonte: adaptado de CARVALHO et al., 2011.

Desta forma, sabendo-se que as mudanças oriundas do advento da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09 alteraram saldos de contas contábeis e indicadores financeiros que impactaram diretamente na mensuração do EVA®.

2.3 Economic Value Added - EVA®

O Valor Econômico Agregado (VEA) ou *Economic Value Added (EVA®)* é uma medida de criação de valor identificada no desempenho operacional da própria empresa. Este evidencia sua parte operacional legítima, a segmentação do Imposto de Renda sobre os resultados da atividade e os benefícios fiscais provenientes do uso de capital de terceiros (ASSAF NETO, 2008).

O modelo EVA® segundo Broun (2000) tem como principal objetivo a maximização da riqueza dos acionistas. Mir e Seboui (2008) complementam que para uma empresa criar riqueza, deve ganhar mais do que seu custo de dívida e capital próprio.

O cálculo do EVA® exige o conhecimento do custo total de capital da empresa denominado Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) ou *Weighted Average Cost of Capital (WACC)*, o qual é determinado pelo custo de cada fonte de financiamento, seja própria ou de terceiros, ponderado pela participação do respectivo capital no total do investimento realizado, fixo ou de giro (ASSAF NETO, 2008).

O Custo de Oportunidade é a comparação entre investimentos de riscos semelhantes, ou seja, retrata quanto uma pessoa sacrificou de remuneração por ter tomado a decisão de aplicar seus recursos em determinado investimento alternativo, de risco semelhante. Uma empresa é considerada como criadora de valor quando for capaz de oferecer a seus proprietários de capital (credores e acionistas) uma remuneração acima de suas expectativas mínimas de ganhos. Uma empresa destrói valor quando, o montante do resultado não conseguir cobrir o custo mínimo de oportunidade do capital investido. Isso ocorre quando o retorno oferecido não se mostra capaz de remunerar o risco assumido pelo acionista, indicando um *Market Value Added (MVA)* negativo. (ASSAF NETO, 2008).

Na Figura 2, apresentam-se de forma resumida as fórmulas para calcular o EVA®.

Fórmulas	Legenda
Capital Próprio	Ke
$Ke = \text{Risk Free} + \text{Beta Empresa} * (\text{Índice Mercado} - \text{Risk Free})$	Ki
$CP = T.BOND + C.BOND + IND. SETOR$	CP
	CT
Capital de Terceiros	T. Bond
$Ki = T.Bond + C.Bond + (\text{Beta Empresa} * \text{Risco Mercado})$	C. Bond
	Ind. Setor
Custo Médio Ponderado de Capital – WACC	Risco Mercado
$WACC = (\%CP \times \%JUROS) + (\%CT \times \%JUROS)$	Beta Empresa
	WACC
Retorno sobre o Investimento – ROI	EVA
$ROI = NOPAT / \text{Investimento}$	NOPAT
	Investimentos
Valor Econômico Agregado – VEA	ROI
$EVA = NOPAT - (WACC \times \text{INVESTIMENTOS})$	
$EVA = (ROI - WACC) \times \text{INVESTIMENTOS}$	

Fonte: adaptado de Assaf Neto, 2008.

Figura 2 - Fórmulas para cálculo do EVA®

O EVA® é importante porque associa o custo de oportunidade do capital ao investimento realizado, ressaltando a eficácia da administração da empresa. Uma gestão baseada no valor permite ainda que as empresas desenvolvam e avaliem melhor suas estratégias financeiras e capacidades diferenciadoras, conhecimentos fundamentais para desenvolverem suas vantagens competitivas e adicionarem valor aos proprietários. O indicador EVA®, por considerar a remuneração exigida pelos proprietários de capital, constitui-se na melhor medida de avaliação, preocupando-se com o sucesso e a continuidade da empresa (ASSAF NETO; 2008).

2.4 Estudos Similares

Em sua pesquisa sobre a influência cultural no desenvolvimento de sistemas contábeis, Gray (1988) propõe hipóteses sobre a relação das características culturais com o desenvolvimento de sistemas de contabilidade, a regulamentação da profissão contábil, as atitudes em relação à gestão financeira e a divulgação. Foi encontrada relação entre as dimensões de valores culturais da sociedade com dimensões de valores da contabilidade como profissionalismo, uniformidade, conservadorismo e sigilo. O Brasil foi classificado como um país de influência euro continental, caracterizado por existir pouco julgamento do contador, alta regularidade na aplicação das leis, baixo nível de evidenciação das informações contábeis e conservador na determinação de seus resultados, principalmente por causa da inferência do fisco no cálculo do lucro.

Santos e Calixto (2010) analisaram os efeitos da primeira fase da transição para IFRS no Brasil, a partir de 2008 conforme Lei nº 11.638/07, nos resultados das empresas listadas na BM&FBovespa. Concluíram que foram encontrados resultados pela nova norma em médias superiores aos apurados pela norma anterior, confirmando o conservadorismo previsto por Gray (1988) e relacionando algumas distorções nos resultados com os impactos da crise financeira internacional de 2008.

Em seus estudos sobre o assunto, Carvalho et al. (2011), investigaram se a Lei nº 11.638/2007 impactou de forma significativa os indicadores econômico-financeiros das empresas listadas na BM&F Bovespa. Como conclusão, observaram mudanças estatisticamente significativas na representação da situação econômico-financeira das companhias e que essas mudanças estão relacionadas com as alterações proporcionadas pelas IFRS.

Pires et al. (2012) mensuraram os impactos da fase final da convergência obrigatória para IFRS no Lucro Líquido, no Patrimônio Líquido e no Ativo Total das empresas brasileiras de capital aberto. Como resultado, constataram que a fase final *das* IFRS gerou aumentos expressivos tanto no Lucro quanto no Patrimônio Líquido, e aumento pouco expressivo no Ativo Total, confirmando a hipótese de conservadorismo da contabilidade brasileira de Gray e novo crescimento nos resultados das empresas no relatório divulgado em 2011.

Já Kruger e Petri (2013) analisaram a relação de causalidade entre as medidas de desempenho EVA®, LPA, ROE, ROA, VM com o MVA das empresas listadas na BM&F Bovespa. Concluíram que existe relação bidirecional de causalidade entre as variáveis EVA® e MVA, LPA e MVA, VM e MVA, entre os indicadores de desempenho EVA®, MVA e os indicadores de desempenho LPA e VM das empresas listadas na BM&F Bovespa e que estes podem servir de indicativos preditivos para a análise do desempenho empresarial.

Vieira e Dalmácio (2013) pesquisaram sobre o tema com o objetivo de analisar o impacto da adoção das IFRS na criação de valor agregado de empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. Constataram que não pode ser confirmada a hipótese de que com a adoção das IFRS no Brasil, houve melhoria no nível de *disclosure* das companhias abertas brasileiras, redução do custo de capital e, conseqüentemente, aumento do valor agregado dessas empresas.

3 Metodologia da Pesquisa

Quanto aos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois conforme Silva (2003 p. 65), a pesquisa descritiva tem como objetivo principal a “descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relação entre as variáveis”, ou seja, analisa uma realidade sem interferir nela. Caracteriza-se também como explicativa porque “constituem o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, pois explica a razão, o porquê das coisas” (SILVA, 2003).

Em relação à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa de acordo com Richardson (2008), pois envolve examinar e refletir sobre as percepções para obter um entendimento de atividades sociais e humanas, é mais subjetivo. É quantitativa, pois segundo Martins e Theóphilo (2007), uma pesquisa é quantitativa quando organiza, sumariza, caracteriza e interpreta as informações levantadas.

No que tange procedimentos técnicos trata-se de uma pesquisa documental elaborada a partir das demonstrações financeiras das empresas do setor de telecomunicações listadas na BM&FBovespa (GIL, 2007).

3.1 População e Amostra

A população-alvo da pesquisa é composta por todas as empresas do setor de telecomunicações listadas na BM&FBovespa no período de 2006 a 2011.

Para a escolha da amostra selecionou-se as empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo que possuem as informações no período analisado.

Inicialmente a amostra era composta por 12 empresas do setor de telecomunicações, dentre as empresas que compõem o segmento de telecomunicações, sete delas foram excluídas por não apresentarem as informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho. As empresas *AT&T Inc.* e *Verizon Communications Inc.* foram excluídas por não terem suas informações divulgadas e por serem negociadas no segmento de balcão organizado tradicional. Já a Cia de Telecomunicações do Brasil Central, Jereissati Participações S.A e Jereissati Telecom S.A foram retiradas porque falta de informações na base do Economática® para cálculo do EVA®. Em seguida, foram excluídas: a Telemar Participações S.A, por não estarem disponíveis informações no ano de 2011 na base de dados do Economática®; e Inepar Telecomunicações S.A, devido suas atividades operacionais estarem paralisadas. Após esses procedimentos, constitui-se uma amostra formada por cinco empresas, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Amostra da Pesquisa

Razão Social	Código	Segmento
EMBRATEL PARTICIPACOES S.A.	EBTP	Telefonia Fixa
LF TEL S.A.	PITI	Telefonia Fixa
OI S.A.	OIBR	Telefonia Fixa
TELEFÔNICA BRASIL S.A	VIVT	Telefonia Fixa
TIM PARTICIPACOES S.A.	TIMP	Telefonia Móvel

Fonte: elaborado pelos autores.

3.2 Procedimentos para coleta e análise de dados

A fonte de coleta dos dados é secundária, tendo em vista que as informações foram coletadas por meio dos demonstrativos contábeis disponibilizados pelas empresas no banco de dados Economática®; pelas demonstrações financeiras e notas explicativas, divulgadas pelas respectivas empresas e disponíveis na Comissão de Valores Mobiliários.

Com intuito de atingir o objetivo deste trabalho foi realizado o cálculo do EVA® e das variações percentuais entre o período analisado de 2006 á 2011 utilizando o *Microsoft Excel*. Para cálculo do EVA®, utilizou-se a seguinte equação:

$$Eva®_{i,t} = NOPAT - (WACC \times INVESTIMENTOS) \quad \text{Equação 1}$$

Sendo:

$Eva®_{i,t}$: Resultado do EVA® da empresa i no ano t;

$NOPAT$: Lucro Operacional Após IR da empresa i no ano t;

$WACC$: Custo Médio Ponderado de Capital da empresa i no ano t;

$INVESTIMENTOS$: Investimentos da empresa i no ano t;

Para o cálculo do EVA®, foi utilizado o WACC do setor de telecomunicações coletado no site do Instituto Assaf Neto. As outras variáveis com base nas demonstrações contábeis ou notas explicativas das empresas, disponibilizados na base Econômica®, divulgadas nos *sites* das empresas ou na Comissão de Valores Mobiliários.

Quanto às variações ocorridas no EVA® de um ano para o outro, realizou-se o cálculo em percentuais utilizando a seguinte fórmula:

$$\Delta Eva®_{i,t} = \left(\frac{Eva®_t}{Eva®_{t-1}} \right) - 1 \quad \text{Equação 2}$$

Onde:

$\Delta Eva®_{i,t}$: Variação da empresa i no período [t,t-1];

$Eva®_t$: EVA® da empresa i no ano t;

$Eva®_{t-1}$: EVA® da empresa i no ano t-1;

Para ambas as equações, foram realizadas as seguintes análises estatísticas: média, desvio padrão, coeficiente de variação, mínimo, máximo, distribuição de frequência e histograma.

Separa-se o presente trabalho em três momentos: o primeiro momento compreende o ano de 2006 á 2008; o segundo momento engloba os anos de 2009 e 2010; e o terceiro momento é considerado o período a partir de 2011. Desta forma, torna-se possível verificar os impactos no EVA® no processo de convergência contábil no Brasil.

4 Resultados e Análise dos Resultados

4.1 Cálculos dos Economic Value Added EVA®

Inicialmente, Para comparar o valor econômico agregado anual das empresas de telecomunicações no período de 2006 a 2011, realizaram-se o cálculo em percentuais do EVA® utilizando a Equação 1. Na

Tabela 2 apresentam-se os resultados:

Tabela 2 - *Economic Value Added* das empresas de Telecom

Empresa	2006	2007	2008	2009	2010	2011
EMBRATEL	-11,19%	-5,89%	-7,96%	0,70%	-5,65%	-8,45%
LF TEL	-7,52%	-3,52%	-10,04%	-9,96%	-9,12%	-11,41%
OI	-12,04%	-8,54%	-4,35%	-15,51%	-0,40%	-4,82%
TELEF BRASIL	2,93%	0,08%	2,02%	6,37%	6,36%	-2,56%
TIM PART S/A	-13,97%	-11,78%	-11,13%	-7,83%	-5,74%	-2,84%

Fonte: elaborado pelos autores.

Observa-se que das cinco empresas analisadas, destaca-se que em quatro delas o EVA® foi negativo, o que representa que a maioria destruiu valor, pois não conseguiram cobrir o custo mínimo de oportunidade do capital investido. A média simples do EVA® em 2006 foi de -8,4%, em 2007 de -5,9%, em 2008 de -6,3%, em 2009 de -5,2%, em 2010 de -2,9% e em 2011 de -6,0%.

No período de pré-adoção as normas internacionais, os resultados da média do EVA® nos anos de 2006, 2007 e 2008 confirmam a hipótese do estudo de Santos e Calixto (2010), de que a fase inicial de pré-adoção para às IFRS no Brasil compreendido entre os anos de 2007 e 2008 trouxeram resultados superiores aos apurados pelo BRGAAP. Verifica-se que a média do EVA® em 2006 que foi inferior aos anos de 2007 e 2008. Todavia, quanto à gestão, vale ressaltar que o desenvolvimento normal das empresas e do setor de telecomunicações e fatores políticos são variáveis relevantes que podem ter influenciado os resultados ao longo dos anos.

Ainda segundo Santos e Calixto (2010), os resultados de 2008 foram os impactados pela crise financeira internacional, uma vez que se observa uma mudança de tendência dos ajustes nos resultados como, por exemplo, nos “custos de transação na emissão de títulos” e no “valor justo – marcação a mercado – de instrumentos financeiros”. Isso retrata um reflexo da desvalorização geral desses instrumentos, dado que o Ibovespa em 2008 fechou 41% menor em relação ao fechamento de 2007.

Os resultados da média do EVA® de transição e pós-adoção convergência contábil para as normas internacionais (2009, 2010 e 2011) corroboram a previsão de Gray (1988) de que países com tradição euro-continental, como o Brasil, possuem uma abordagem fortemente conservadora quando confrontados com os países de tradição anglo-americana. Da mesma forma, os achados confirmam a hipótese do estudo de Pires et al. (2012) de que a adoção total das IFRS tende a gerar um aumento nos resultados das empresas (Lucro Líquido, Patrimônio Líquido e Ativo Total) em comparação ao padrão BRGAAP.

Na Tabela 3, analisaram-se por meio de estatística descritiva os valores de EVA® encontrados.

Tabela 3 - Estatística descritiva dos valores de EVA®

Empresa	Média	Desv. Pad.	Coefic. Var.	Máximo	Mínimo
EMBRATEL	-6,41%	4,0%	-62,76%	0,70%	-11,19%
LF TEL	-8,60%	2,8%	-32,51%	-3,52%	-11,41%
OI	-7,61%	5,5%	-72,75%	-0,40%	-15,51%
TELEF BRASIL	2,53%	3,5%	138,82%	6,37%	-2,56%
TIM PART S/A	-8,88%	4,2%	-46,90%	-2,84%	-13,97%

Fonte: elaborado pelos autores.

A empresa Telef. Brasil apresenta a maior média de EVA® no período de 2006 a 2011, o que evidencia uma capacidade superior de gerar valor em relação às demais empresas analisadas. Porém, esta empresa apresentou um coeficiente de variação de 138,82%, os seus valores de EVA® tiveram as maiores dispersões no período avaliado, com o valor máximo de 6,37% em 2009 e valor mínimo de -2,56% no ano 2011.

Ainda conforme a Tabela 3, a empresa Tim Part. S/A teve a menor média de EVA® no período de 2006 a 2011, o que demonstra uma capacidade inferior de gerar valor quando comparada às demais empresas. Logo, ela foi incapaz de oferecer a seus proprietários de capital uma remuneração acima de suas expectativas mínimas de ganhos. Todavia, esta empresa apresenta um coeficiente de variação de -46,90% mostrando que seus valores de EVA® apresentaram menores dispersões no período avaliado, apresentando no ano de 2011 o menor EVA® negativo de -2,84% e no ano de 2006 o maior EVA® negativo de -13,97%.

No Gráfico 1 ilustra-se o histograma com a distribuição de frequências dos EVA® em classes uniformes.

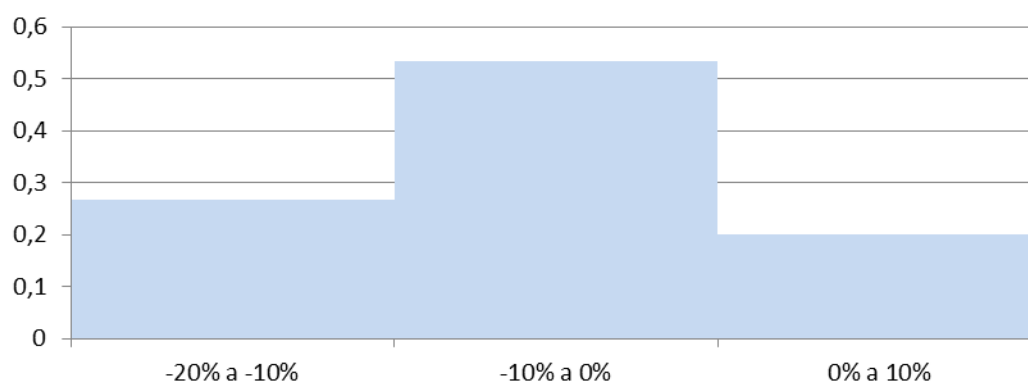


Gráfico 1 - Histograma com a distribuição de frequências do EVA®

Conforme Gráfico 1, observa-se que o intervalo de variação (a maior diferença que será possível encontrar entre os dados) é de 30% e mais de 50% do EVA® das empresas analisadas estão concentradas no intervalo de -10% a 0%. Desta forma, no processo de convergência contábil das empresas brasileiras do setor telecomunicações, as distribuições de frequência dos valores do EVA® concentraram-se abaixo de 0%, o que representa que a maioria das empresas destruíram valor.

4.2 Variações e Evolução do *Economic Value Added* EVA®

Para comparar as variações anuais das empresas de telecomunicações no período de 2006 a 2011, realiza-se o cálculo das variações do EVA® por meio da Equação 2. Na Tabela 4 são apresentados os resultados percentuais das variações ocorridas no EVA®.

Tabela 4 - Diferenças percentuais no indicador de desempenho EVA®

ANO	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011
EMBRATEL	89,85%	-25,90%	1232,60%	-112,43%	-33,18%
LF TEL	113,70%	-64,92%	0,72%	9,29%	-20,10%
OI	40,89%	96,36%	-71,95%	3785,52%	-91,72%
TELEF BRASIL	-3675,90%	96,16%	68,31%	-0,22%	-348,20%
TIM PART S/A	18,57%	5,88%	42,00%	36,37%	102,48%

Fonte: elaborado pelos autores.

Na Tabela 2, apesar de as empresas analisadas terem apresentado em sua maioria valores de EVA® negativos no período de 2006 a 2011, a Tabela 4 evidencia que as diferenças percentuais neste indicador foram preponderantemente positivas, o que pode indicar uma melhoria no desempenho operacional das empresas.

No período de pré-adoção as normas internacionais, a variação expressiva de - 3.675,90% do período de 2006/2007 da empresa Telef. Brasil refere-se à diminuição do NOPAT em 14%. A variação de 113,70% do período de 2006/2007 da empresa LF Tel refere-se ao aumento de 94% do NOPAT. Na fase de transição, a variação de 1.232,60% do período de 2008/2009 da empresa Embratel refere-se ao aumento de 156% do NOPAT; e a variação expressiva de 3.785,52% do período de 2009/2010 da empresa Oi refere-se ao aumento de 53% do NOPAT.

No estágio de pós-adoção as normas internacionais a variação de 102,48% do período de 2010/2011 da empresa Tim Part. S/A refere-se ao aumento de 92% do NOPAT. As

variações do EVA® do período de 2010/2011 foram negativas para as empresas Embratel, LF Tel, Oi e Telef. Brasil porque houve aumento nos Investimentos em 13%, 22%, 19% e 267%, redução do NOPAT em 61%, 225%, 37% e aumento de 65%, respectivamente.

A média das variações do EVA® no período de 2006/2007 foi de -682,6%; em 2007/2008 de 21,5%; em 2008/2009 de 254,3%; em 2009/2010 de 743,7% e em 2010/2011 de -78,1%. A média positiva e expressiva dos períodos de 2008/2009 e 2009/2010 pode estar relacionada à transição para normatização ao padrão internacional. Devido este fato, provavelmente gerou-se maior compreensão das informações contábeis pelos usuários, conseqüentemente, conduzindo a um maior nível de investimentos por parte dos investidores/acionistas. Por conseguinte, estes resultados corroboram os estudos de Schroeder et al. (2001, p. 175 apud SANTOS; CALIXTO, 2010, p. 3) que identificaram que se os investidores e credores não pode obter informações financeiras compreensíveis sobre as empresas que operam em países estrangeiros, eles não são susceptíveis de investir ou emprestar dinheiro para essas empresas. [grifo nosso]

Por meio da Tabela 5, analisa-se por meio de estatística descritiva às diferenças encontradas nos percentuais do indicador EVA®.

Tabela 5 - Estatística descritiva das diferenças percentuais do EVA®

ANO	Média	Desv. Pad.	Coeffic. Var.	Máximo	Mínimo
EMBRATEL	230,19%	565,0%	245,45%	1232,60%	-112,43%
LF TEL	7,74%	65,8%	850,75%	113,70%	-64,92%
OI	751,82%	1697,7%	225,81%	3785,52%	-91,72%
TELEF BRASIL	-771,97%	1633,1%	-211,55%	96,16%	-3675,90%
TIM PART S/A	41,06%	37,2%	90,62%	102,48%	5,88%

Fonte: elaborado pelos autores.

De acordo com a Tabela 5, a empresa OI apresenta a maior média de diferença percentual do EVA® no período de 2006 a 2011, o que demonstra que mesmo apresentando média de EVA® negativa de 7,61% conforme Tabela 3, pode indicar que essa empresa é a que realiza a melhor gestão operacional de seus ativos. Isso motiva a hipótese de que nos próximos anos ela consiga reverter à posição de destruidora de valor para criadora de valor, oferecendo a seus proprietários de capital uma remuneração acima de suas expectativas mínimas de ganhos. Em contrapartida, a empresa Telef. Brasil apresenta a menor média de diferença percentual do EVA® no período, o que demonstra que mesmo com a média de EVA® positiva de 2,53% conforme Tabela 3, pode indicar que essa empresa é a que realiza a pior gestão operacional de seus ativos, em processo inverso em relação a empresa OI.

Para finalizar no apresenta-se o Gráfico 2 :

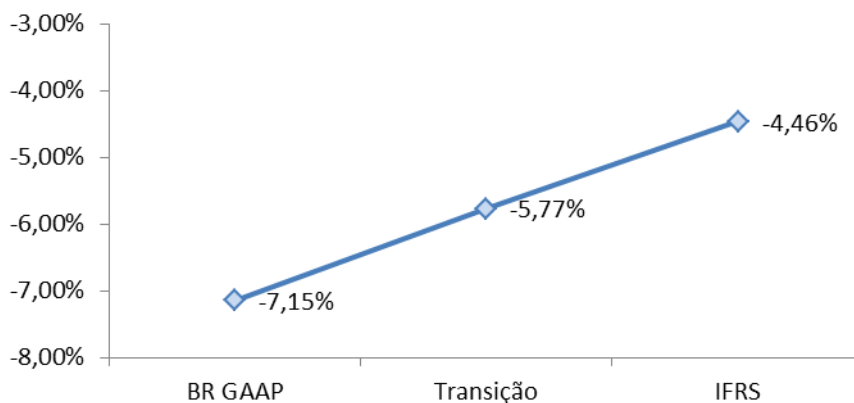


Gráfico 2 - Média do EVA® nos períodos de BR GAAP, Transição e IFRS

O Gráfico 2 apresentam-se a evolução dos resultados da média simples do EVA® nos períodos de BR GAAP, Transição e IFRS.

Ao analisar a média dos EVA® nos períodos de BR GAAP (anos de 2006), Transição (anos de 2007 e 2008) e IFRS (anos de 2009 à 2011), percebe-se que houve redução do EVA® negativo neste intervalo analisado. Essa melhoria pode ser atribuída à introdução das IFRS conforme estudos de Santos e Calixto (2010) e Pires et al. (2012), como também pela recuperação das empresas após a crise financeira de 2008. Desta forma, em face ao processo de convergência contábil ocorreu uma evolução no período de transição e pós-adoção do IFRS no *Economic Value Added* das empresas do setor de Telecomunicações listadas na BMF&Bovespa.

5 Considerações Finais

O objetivo geral deste trabalho foi investigar os impactos das normas internacionais de Contabilidade no *Economic Value Added* das empresas do setor de telecomunicações listadas na BM&F Bovespa no período de 2006 à 2011. Apuraram-se os resultados e variações do EVA®, e elaboraram-se as estatísticas descritivas. Após correlaciona-se os achados do EVA® em cada período do processo de convergência contábil.

Das cinco empresas analisadas, destaca-se que em quatro delas o EVA® foi negativo, o que representa que a maioria destruiu valor, pois não conseguiram cobrir o custo mínimo de oportunidade do capital investido. Entretanto, evidencia-se que na fase pré-adoção do IFRS no Brasil, os resultados da média do EVA® compreendido entre os anos de 2007 e 2008 trouxeram resultados superiores aos apurados pelo BRGAAP (em 2006).

As variações anuais das empresas de telecomunicações indicaram que as diferenças percentuais neste indicador foram preponderantemente positivas, o que pode evidenciar uma melhoria no desempenho operacional das empresas face ao processo de convergência contábil.

No geral, permite-se concluir que não é possível afirmar que a introdução das IFRS proporcionou diretamente um novo cálculo de EVA®, porém, verificaram-se uma clara tendência de melhoria no EVA® quando suas médias são comparadas considerando o período de BRGAAP, Transição e IFRS, ao apresentar um EVA® de -7,15%, -5,77% e -4,46%. Desta forma, diante do processo de convergência contábil ocorreu uma evolução no período de transição e pós-adoção do IFRS no *Economic Value Added* das empresas do setor de Telecomunicações listadas na BMF&Bovespa.

Acredita-se que os resultados encontrados possam elucidar questionamentos associados à existência de criação ou destruição de valor agregado com introdução das normas internacionais, e permitir que pesquisas futuras indiquem uma correlação direta com o EVA®.

Contudo, precisam ser consideradas as limitações de pesquisas, tais como os valores do WACC utilizados por setor no qual é possível que sejam gerados distorções nos resultados encontrados, uma vez que o ideal é o cálculo do WACC por empresa; e por serem utilizados os dados do Economática® para o cálculo do EVA®.

Sugere-se para futuras pesquisas realizar o cálculo do WACC por empresa, relacionar o valor do EVA® com os potenciais impactos produzidos pelas IFRS e as mudanças na maneira de contabilizar as operações das empresas. Também sugere-se pesquisar o EVA® destas mesmas empresas nos próximos cinco anos, pois a única empresa que apresentou média de EVA® positiva, no caso a Telef. Brasil, é também a única que vem reduzindo o EVA® ao longo dos anos conforme a média observada na Tabela 5. Isso indica que nos próximos anos ela poderá apresentar média do EVA® negativo. Ou seja, verificar se essa empresa apresentará o melhor desempenho operacional futuramente.

Referências

- ARAÚJO, A. M. P; ASSAF NETO, A. A contabilidade tradicional e a contabilidade baseada em valor. *Revista Contabilidade e finanças*, v. 14, n. 33, p. 16-32, 2003.
- ASSAF NETO, A. **Finanças Corporativas e Valor**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- BROUN, R. P. EVA® and other arthurian myths: a comment on Zafiris & Bayldon (2000). *The Journal of Applied Accounting Research*, v. 6, n. 1, p. 2-22, 2000.
- CARVALHO, F. A; PONTE, V. M. R; COELHO, A. C. D; LUCA, M. M. M. Impactos de Alterações nas Práticas Contábeis nos Indicadores Financeiros das Empresas Brasileiras. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 28 e 29 de jul., 2011. **Anais...**São Paulo, 2011.
- CASTRO, C. M. **A Prática da Pesquisa**. São Paulo: Mcgraw-Hill do Brasil, 1977.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **A Busca da Convergência da Contabilidade aos Padrões Internacionais**, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/convergencia_29dez2008.pdf> Acesso em 23 nov. 2013.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. **Mercado de Balcão Organizado**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/protin/caderno7.asp#mdb>> Acesso em 14 jul. 2014.
- ERNST & YOUNG TERCO. BR GAAP vs. IFRS: Visão Geral. **Departamento de Comunicação e Gestão da Marca**, p. 04-17, set. 2010.
- ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. 2º Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. Atlas: 2007.
- GRAY, S. J. Towards a theory of cultural influence on the development of accounting systems internationally. **Abacus**, p. 1-15, 1988.
- IFRS Foundation and the IASB. **IFRS application around the world: Jurisdiction Profiles**, 11 mar, 2014. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/Use-around-the-world/Pages/Jurisdiction-profiles.aspx>> Acesso em 26 abr. 2014.
- IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E; GELBCKE, E. R; SANTOS, A. **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as sociedades**. São Paulo: Atlas, 2010.
- JUBELS, R. D. Rumo às IFRS. **KPMG Audit, Tax, Advisory**, p. 01, 2008. KPMG. IFRS – Convergindo para um Padrão Global: Desafios e Oportunidades. **Advisory**, p. 01 e 02, fev. 2008.
- KRUGER, S. D; PETRI, S. M. Análise Comparativa da Causalidade de Medidas de Desempenho das Empresas da BM&FBovespa no Período de 2000 a 2010. **Revista de**

Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 81 – p. 103, jan. a abril, 2013. ISSN 1984-3291.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas. 2007.

MELO, P. Reforma da Lei das SAs: o Brasil em um novo patamar. **KPMG Business Magazine**, nº. 11, p. 03-05, mar. 2008.

MIR, A. E; SEBOUI, S. Corporate governance and the relationship between EVA and created shareholder value. *Corporate Governance*, v. 8, n. 1, p. 46-58, 2008.

PIRES, C. O; DECOURT, R. F; CAMARGO, C. U. O; SIEBEL, V. Os Impactos da Fase Final de Transição para o IFRS no Brasil. In: SEMEAD, XV, 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo.

PODER Executivo. PL 3.741/2000. **Projetos de Leis e Outras Proposições**, Brasília, Nov. 2000. Disponível em:
<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20141>>
Acesso em 11 fev. 2013.

RICHARDSON, R J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, E. S.; CALIXTO, L. Impactos do Início da Harmonização Contábil Internacional (Lei 11.638/07) nos Resultados das Empresas Abertas. **RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 9, n. 1, Art. 5, jan./jun. 2010.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade**: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003.

VIEIRA, D. D.; DALMÁCIO, F. Z. Análise da adoção do IFRS na criação de valor agregado de empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 25 e 26 de jul., 2013. **Anais...**São Paulo, 2013.